

## **TERRITÓRIO: ABORDAGENS E CONCEPÇÕES**

**Paulo Adriano Santos Silva**[1]  
Mestrando em Geografia  
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Federal de Sergipe

### **INTRODUÇÃO**

O referido texto é fruto dos debates da disciplina Teoria dos Territórios e da Questão Agrária, ministrada pelo Professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes, no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Os debates e provocações gerados no transcurso da disciplina foram essenciais na leitura e no processo de entendimento sobre a teoria dos territórios e no debate paradigmático, refletindo sobre as disputas/conflitos territoriais entre o Campesinato e o Agronegócio, que permeia o velho tema atual da Questão Agrária brasileira. Entretanto, vamos nos ater a discutir apenas as concepções de território e suas intencionalidades no referido texto.

Aliado ao debate, fizemos um esforço teórico-conceitual no sentido de discutir a concepção de território, em face da amplitude que o referido conceito vem ganhando entre os pesquisadores das variadas áreas do conhecimento.

Utilizou-se como ponto de partida para o diálogo sobre a categoria em foco, autores como Claude Raffestin (1993), Bernardo Mançano Fernandes (2008, 2009), Rogério Haesbaert (1999, 2010), Marcos Aurélio Saquet (2008, 2011), além de outros que também discutem o território.

Algumas lacunas sobre o território são abertas e merecem ser discutidas com mais profundidade, a exemplo disso é o conceito de poder e o conceito de soberania que está inerente ao território. Obviamente que a dimensão do debate sobre a concepção de território é muito ampla, o que obviamente demonstra que não vamos dar conta nesse pequeno texto, o que queremos a princípio é demonstrar os diferentes conceitos, suas formas de abordagens e suas intencionalidades.

### **DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO**

A nossa proposta, no referido artigo, é tentar abordar algumas concepções sobre a categoria geográfica território. A nossa análise, ainda que não consiga dar conta nesse pequeno texto, se faz necessário à luz da diversidade de conceitos diferenciados da categoria território, tão utilizada na contemporaneidade, sobretudo pelos Geógrafos.

Especificamente na ciência Geográfica, o território tem sido abordado em grande intensidade nas pesquisas, considerado o “conceito da moda”, incorporado por diversos autores da Geografia. Nesse sentido, alguns acreditam que o conceito de território tenha caído no senso comum, assim como se fez o conceito de Região e Lugar.

A princípio, a categoria território, tem na sua etimologia a origem do Latim (*territorium*), derivada do vocábulo latino “terra”, significando uma parcela de terra apropriada e administrada

politicamente. Entretanto, o conceito de território não é concebido de forma consensual entre os intelectuais que trabalham com essa categoria. Várias concepções são estabelecidas de acordo com as influências históricas vinculadas a diferentes correntes de pensamento.

Historicamente utilizados pelos estudos vinculados a biologia, outras áreas do conhecimento adotam o território como base de pesquisa, como por exemplo, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia, a Economia e o próprio Estado. Porém, o predomínio dessas abordagens o concebe como área física, superfície, ou simplesmente espaço de governabilidade, isto é, não analisa as contradições existentes no processo da sua apropriação, mascarando-o ao concebê-lo sem conflitos. Para além de uma área delimitada, o território, em sua essência, é marcado pelo domínio e poder exercido de acordo com suas intencionalidades.

Para entender o território, é fundamental compreender o conceito de espaço, considerando que este último antecede o território. Claude Raffestin, na sua obra *Por uma Geografia do Poder*, chama a atenção para essa compreensão:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

O conceito de espaço não deve ser entendido de forma desarticulada do território, mas o território deve ser entendido como produto das relações sociais que se estabelecem no espaço. De acordo com Santos (1996, p. 51), "o espaço é um conjunto de sistemas e objetos e sistemas de ações, que formam o espaço de modo indissociável, solidários e contraditório." Nesse sentido o espaço é dotado de forma e função e corresponde ao social, ao espaço do homem, de trabalho, de vida, ou seja, o espaço é produzido através do resultado de relações sociais acumuladas através do tempo. Fernandes (2008) aponta que ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais.

No sentido de diferenciar território de espaço, dentro de uma concepção foucaultiana, Raffestin assevera que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

O autor, supracitado elabora essa concepção de território tendo como base o território enquanto produto da apropriação do espaço estabelecida por relações de domínio, ou seja, pelo poder. Já que o espaço aparece como “matéria-prima”, o território resulta da sua apropriação e dominação.

A proposta elaborada por Bernardo Mançano Fernandes (2008, 2009) é fundamental no sentido de estabelecer uma tipologia dos territórios em face da necessidade de superação da concepção de território apenas como espaços ou áreas de governança. Nesse ínterim o referido autor coloca que:

Recentemente, surgiram diversos trabalhos que se referem às perspectivas, desenvolvimentos, enfoques, abordagens territoriais, entre outras denominações. Esses textos são propostas de políticas ou análises de projetos em implantação ou implantados, que envolvem diferentes instituições: multinacionais, governos nacionais, estaduais e municipais, movimentos socioterritoriais, sindicatos, igrejas etc. Para compreender os interesses, ações, relações e conflitos entre as instituições e os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança. (FERNANDES, 2009, p.3).

O aprofundamento sobre a concepção de território evidencia os conflitos e contradições entre as diferentes classes sociais existentes nos territórios. O território é produzido conforme as intencionalidades de quem o produz. Fernandes (2009) assevera que a definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades das diferentes territorialidades contidas no “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial.

Vejamos a concepção empregada pelo Estado:

Produto da prática espacial: inclui a apropriação efetiva ou simbólica de um espaço [...] O território passou a ser identificado com o espaço do Estado-Nação, sustentáculo físico da soberania nacional. Território associa-se, portanto, à noção de soberania, poder e controle, além de conter uma dimensão simbólica, um sentido de enraizamento, uma evidência de construção compartilhada e um papel na construção das identidades sociais (BRASIL, 2006, p. 13).

Na perspectiva do Estado, o território é estabelecido como uma área delimitada, de uma unidade físico-geográfica, mediada pela identidade, o que obviamente escamoteia os interesses e os conflitos existentes entre as diferentes classes sociais. A utilização dessa categoria pelas entidades estatais, articuladas com as empresas privadas através da implementação de políticas públicas, influenciam diretamente nos territórios, gerando conflitos tanto no plano “material e imaterial”.

O território é planejado/produzido diante das intencionalidades e interesses de apropriação e domínio das distintas classes sociais. Partindo dessas premissas, o referido autor propõe a tipologia de territórios, dividindo-os em primeiro território, segundo território e terceiro território, além de trabalhar cada conceito dentro de um plano material e imaterial. Vamos aqui detalhar

cada um no sentido de compreender os diferentes processos territoriais e as diferentes formas de apropriação desses territórios.

O primeiro território pode ser compreendido como território de governança da nação, ou seja, está relacionado com uma delimitação areal de um país e suas unidades internas, com estados e municípios, instituídos pela jurisdição político-administrativa. Numa concepção política, esse primeiro território (de governança), sempre representou e emanou poder, e a apropriação de terras/territórios era fundamental para o estabelecimento de tal prática.

O primeiro território é o espaço de governança da nação. É o ponto de partida da existência das pessoas. (...) O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território. São diferentes escalas dos espaços de governança. (FERNANDES, 2009, p. 11).

O segundo território está intrinsecamente ligado ao primeiro território. Todavia não devem ser confundidos, tendo em vista que o movimento de produção é diferenciado conforme suas especificidades e interesses. A ideia de segundo território está relacionada com a propriedade privada, seja ela capitalista ou não capitalista. Por exemplo, território camponês, território indígena, o território do capital, do agronegócio, enfim, a diversidade de território e os processos que os mesmos são produzidos, ou seja, demonstrando a multiterritorialidade, e evidenciando o movimento de conflitualidade.

Fernandes (2009) salienta que quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Diante disso é necessário analisar cada território/propriedade enquanto totalidade, dotada de multidimensionalidade política, econômica, social, cultural e ambiental. É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. (SAQUET, 2008).

O terceiro território, de acordo com a tipologia estabelecida pelo referido autor, é relacional, envolvendo todos os demais tipos de territórios. O uso desses territórios, portanto a suas territorialidades, vão determinar o terceiro território. Esse terceiro território pode ser material e imaterial, fixo e fluxo, unido pela correlação de forças. Nas palavras de Fernandes, (2009) esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado.

Por fim, o autor supracitado, compreende o território material enquanto produto do território imaterial, ambos formados e associados diante da mesma lógica de apropriação e poder. O

território imaterial também é formado pelas intencionalidades, interesses, e todo propósito estratégico de um planejamento “prévio”, correlacionando ideias que venham subsidiar e instituir as ações do poder, da persuasão, do domínio, da apropriação, do convencimento, etc.

O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. (FERNANDES, 2009, p. 15).

Outros autores, dentro de uma corrente fenomenológica trabalham com a concepção de território numa dimensão política e cultural. A referida abordagem, crescente nos últimos anos no Brasil, retrata o território substancialmente no plano do valor simbólico, da identidade, resgatando/valorizando as raízes culturais dos grupos sociais vinculados aos seus territórios, que “é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p. 40). O território torna-se, então, uma representação de múltiplas manifestações de um determinado espaço.

Rogério Haesbaert, um dos principais geógrafos brasileiros que discute a questão do território trabalha o conceito dentro de uma perspectiva materialista e idealista, relacionando os aspectos sociais, naturais, políticos, econômicos e culturais, este último dentro um plano simbólico. Ou seja, o autor faz uma relação entre a dimensão material com a dimensão das representações contidas no território.

O sentimento de “identidade socioterritorial” é construído pelos sujeitos a partir das relações e tradições, ainda que ressignificadas na contemporaneidade contidas no território. Diante disso, Haesbaert (1999, p.178) aponta que “na identidade social também se configura uma identidade territorial, tendo em vista que em um mesmo espaço as relações sociais são as que delimitam o território”.

Almeida (2010) retrata o conceito de território como resultado de uma apropriação econômica, ideológica e sociológica do espaço por grupos que nele imprimem sua cultura e sua história. Nessa perspectiva, o sentimento de pertencimento, vinculado com a identidade, produz o território, fruto da vivência, da experiência, do uso que os sujeitos lançam sobre o mesmo.

Essa concepção de território, ainda que crescente na Geografia, tem sido alvo de várias críticas por não evidenciar os conflitos e contradições existentes nas relações sociais e de produção no processo de apropriação dos territórios.

Outro autor que tem se debruçado sobre a concepção de território e suas tendências filosóficas tradicionais e contemporâneas é o geógrafo Marcos Aurélio Saquet. Nas pesquisas realizadas envolvendo autores e obras de países como Itália, França, Suíça, EUA, Brasil e Inglaterra, foi possível identificar quatro concepções de Território e territorialidade humana. Saquet (2011, p. 14), apontou essas quatro tendências:

- a) Tendência predominantemente econômica, elaborada com base no materialismo histórico e dialético, na qual se entende a territorialidade como relações de produção acompanhadas por forças produtivas, isto é, como relações de subordinação e exploração. O território é resultado e determinante da produção, da circulação e do consumo, ou seja, da acumulação de capital;
- b) Tendência materialista, pautada na dimensão geopolítica, na qual a territorialidade está diretamente vinculada à atuação do Estado-nação e à soberania, portanto às noções de domínio e controle. Há uma combinação área-fronteira-movimento a partir de relações econômicas, políticas e culturais;
- c) Tendência fenomenológica, dando ênfase às dinâmicas políticas e cultural (simbólica e identitária), em que a territorialidade corresponde às relações sociais centradas em percepções, sentimentos, memórias, identidades e representações;
- d) Tendência construída a partir de discussões sobre sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local. A territorialidade significa relações políticas de governança, sem deixar de envolver processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente;

Essas são algumas concepções que norteiam o debate sobre território na contemporaneidade. A leitura e compreensão sobre essa categoria se faz essencial no debate geográfico diante das várias interpretações de acordo com diferentes intencionalidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse breve texto tentou-se evidenciar as variadas abordagens e concepções sobre o território, de acordo com as diferentes correntes teóricas. Contudo, o aprofundamento sobre as questões que permeiam o debate deve ser realizado no sentido de elucidar as controvérsias que o circunda.

As estratégias pensadas e articuladas resultam na apropriação de um espaço, portanto, essa dinâmica deve ser entendida de acordo com os interesses de quem pensa e domina o território. A título de exemplificação, vejamos as ações desenvolvidas pelo Estado nas transformações do quadro rural do nosso país. O capital, a reboque do Estado, penetrou no campo brasileiro e gerou profundas transformações na organização produtiva das pequenas propriedades rurais, inserindo uma dinâmica agrária baseada no projeto de “Desenvolvimento Rural”, adotado pelo Estado e pensado pelo Banco Mundial, que atualmente se destaca como um ator econômico, político e intelectual na construção, financiamento e aplicação de políticas públicas.

Fica evidente que são ações intensas e tendenciosas, que resultam na apropriação dos espaços e no domínio dos territórios. De fato, as políticas de reformas evidenciam as contradições e conflitos existentes entre os distintos territórios, produzidos entre os diferentes setores e classes sociais do nosso país.

É inegável que a discussão polissêmica sobre a concepção de território produz controvérsias, contudo não modifica o foco da questão que diz respeito à apropriação do espaço, em diferentes escalas geográficas e diferentes grupos, pelas relações de poder.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Geralda. **Festas rurais e turismo em territórios emergentes**. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 918, 15 de abril de 2011. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-919.htm>> Acessado em 04 de abril de 2014.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª edição, São Paulo. Editora Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1º Ed. São Paul: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. In: **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179> Acessado em 02 de Maio de 2014.

---

[1] Mestrando em Geografia Agrária pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.